26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO INDÍGENA E A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA ÁREA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

THE ORGANIZATION OF INDIGENOUS KNOWLEDGE AND SCIENTIFIC PRODUCTION IN THE AREA OF INFORMATION SCIENCE

Maria da Glória Serra Pinto de Alencar – Universidade Federal do Maranhão /(UFMA)
Isabela do Nascimento Silva – Universidade Federal do Maranhão /(UFMA)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Analisa a produção científica sobre povos e conhecimentos indígenas publicada nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), no período de 2015 a 2024, com o propósito de identificar como a Ciência da Informação tem abordado a organização e a mediação da informação indígena. Trata-se de pesquisa exploratória, de natureza bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa e apoio de procedimentos quantitativos descritivos. O levantamento foi realizado nos anais do ENANCIB mediante as expressões “Povos indígenas”, “Informação indígena” e “Indígena”, considerando os registros recuperados nos campos disponíveis da base. Os registros foram exportados para o Zotero e submetidos a triagem segundo critérios de inclusão e exclusão definidos para a composição da amostra. A análise considerou autoria, temática, mediação da informação, organização do conhecimento, sistemas ou unidades informacionais e ocorrência de produtos e serviços informacionais. Os resultados indicam predominância de estudos relacionados à memória, à gestão e à mediação da informação, além da presença de pesquisas sobre bibliotecas, acervos e sistemas de informação. A análise também evidencia a necessidade de ampliar estudos que explicitem a participação indígena na produção e na mediação do conhecimento, bem como experiências informacionais concebidas com e para os povos indígenas. Conclui-se que a produção recuperada demonstra a pertinência da temática para a Ciência da Informação, mas o conjunto analisado ainda é reduzido e heterogêneo, o que recomenda cautela na generalização dos resultados.

Palavras-chave: indigenismo; conhecimento indígena; produção científica; Ciência da Informação.

Abstract: This study analyzes the scientific literature on Indigenous peoples and knowledge published in the proceedings of the National Meeting on Information Science Research (ENANCIB) between 2015 and 2024, aiming to identify how Information Science has addressed the organization and mediation of Indigenous information. It is an exploratory study of a bibliographic and documentary nature, employing a qualitative approach supported by descriptive quantitative procedures. The survey was conducted using the ENANCIB proceedings and the search terms "Indigenous peoples," "Indigenous information," and "Indigenous," considering records retrieved from the database's available fields. The records were exported to Zotero and screened based on inclusion and exclusion criteria established for sample composition. The analysis examined authorship, themes, information mediation, knowledge organization, information systems or units, and the presence of information products and services. The results indicate a predominance of studies related to memory, management, and information mediation, alongside research on libraries, collections, and information systems. The analysis also highlights the need to expand research that elucidates Indigenous participation in knowledge production and mediation, as well as information initiatives conceived with and for Indigenous peoples. It is concluded that the retrieved literature demonstrates the relevance of this topic to Information Science; however, the analyzed set remains limited and heterogeneous, warranting caution when generalizing the results.
Keywords: indigenism; indigenous knowledge; scientific production; Information Science.

1 INTRODUÇÃO

Para Lima de Dutra (2021), o pesquisador ao iniciar qualquer estudo necessita conhecer a base teórica sobre o que deseja pesquisar. Assim, optou-se pela busca das pesquisas que têm a temática indígena em foco, a fim de identificar produtos e serviços que fomentem a preservação da memória indígena, a salvaguarda da cultura identitária e a diminuição da desigualdade étnico-racial.

Desse modo, como questão norteadora do presente trabalho, indagou-se como a produção científica publicada nos anais do ENANCIB, entre 2015 e 2024, aborda a organização e a mediação da informação e do conhecimento indígena, especialmente quanto à autoria, às experiências de mediação, às formas de organização do conhecimento e à existência de produtos, serviços ou sistemas informacionais?

Dessa forma, o objetivo geral consistiu em analisar a produção científica sobre informação e conhecimento indígena publicada nos anais do ENANCIB, no período de 2015 a 2024, identificando suas principais abordagens relacionadas à organização e à mediação da informação.

Para tentar obter respostas para tal questionamento, pautou-se nas pesquisas do evento Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) na área da Ciência da Informação. Entre os objetivos deste estudo exploratório compreendeu-se: mapear os trabalhos recuperados quanto a autoria, ano, grupo de trabalho e temática; identificar, nos trabalhos selecionados, experiências de mediação da informação indígena; verificar a ocorrência de sistemas, unidades, produtos ou serviços relacionados à organização e à mediação do conhecimento indígena; identificar os principais temas e perspectivas teóricas mobilizados nas pesquisas recuperadas; e, discutir as tendências e lacunas evidenciadas no corpus analisado.

A justificativa para a escolha desse tema se deu em razão da necessidade em investigar os impactos da presença do profissional da informação em espaços de lutas sociais, demarcações indígenas e justiça climática, a fim de evidenciar sua relevância estratégica para propor caminhos com vistas a fortalecer a organização, a divulgação e a mediação do conhecimento indígena.

Este artigo está estruturado em quatro seções textuais, incluindo a introdução. A segunda seção resgata como surgiu a Organização do Conhecimento Indígena (OCI), no contexto internacional e nacional. A terceira detalha a metodologia da pesquisa, abrangendo a caracterização do estudo. A partir da coleta de dados, as análises e discussões dos achados científicos são relatados na quarta seção e, na última parte, apresenta as considerações finais.

2 O INDIGENISMO E A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO INDÍGENA: ASPECTOS GERAIS E A TESE DO “BEM VIVER”

De um aspecto geral os primeiros registros de mudanças para uma organização social e política dos povos indígenas, se dá em meados de 1970, apontado por Pinto (2009), como período de maior organização política por meio dos congressos internacionais e mudança paradigmática no indigenismo.

A discussão sobre informação e conhecimento indígena precisa considerar que as formas de produção, transmissão e preservação dos saberes não são necessariamente equivalentes aos modelos institucionais predominantes na sociedade ocidental. Nesse sentido, o debate sobre indigenismo e organização do conhecimento indígena contribui para problematizar práticas de representação, registro e circulação da informação.

Na concepção de Pinto (2009), o indigenismo começou a ser discutido e ampliada a sua forma de concepção a partir da inserção dos próprios indígenas:

> Como se pode ver o indigenismo tem evoluído na sua postura sobre os povos indígenas, existindo no início de 1970 um chamado de atenção para o aspecto cultural e da participação ativa deles na criação de conhecimento. Já na década de 1980 e 1990 as demandas indígenas foram um fator chave para as mudanças no indigenismo oficial positivista, surgindo assim o chamado indianismo ou uma política indígena, desde o atuar dos mesmos indígenas para uma avaliação e proposta de melhorias nas suas condições sociais, culturais e políticas (Pinto, 2009, p. 164).

As contribuições de Pinto (2009), possibilitaram compreender uma dimensão mais estrutural do movimento indigenista interamericano, ocasionando a mudança do paradigma indigenista, em meados de 1970 – 1980. Com a participação ativa dos indígenas, observou-se que esta atuação refletiu em transformações nos cenários sociais, culturais e políticos desses povos a partir da década de 80.

Segundo Menezes (2023), a partir desse período, surgiu de modo conjugado a Biblioteconomia Indígena e a Organização do Conhecimento Indígena (OCI), no âmbito internacional. A primeira aparece como campo de conhecimento e, a segunda, como uma metodologia analítica desse campo.

A abertura do Plano de Classificação Indígena desenvolvida por *Brian Deer*, surgiu a partir de uma agenda de pesquisas indígenas, tendo iniciado em 1974, na Assembleia das Primeiras Nações - *Assembly of Firts Nations*. O intuito do Plano de Classificação Indígena era organizar o material informacional dos povos indígenas e promover melhor recuperação de dados sobre o direito à terra indígena de origem.

No Brasil, Mello (2017), aponta a criação da primeira agência do Estado Brasileiro a gerenciar povos indígenas, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1910, atualmente Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI). Conforme Moreira Netto (1979), em 1970, deu-se a criação do Centro de Documentação Etnológica (CDE), com vistas a estimular o senso de proteção e desenvolvimento de ações para recuperação de informação, após um incêndio de grandes proporções no edifício do Ministério da Agricultura, ocorrido em Brasília, em 1967. Os documentos que restaram contaram com o apoio do SPI; do Museu do Índio (MI) e do CDE, para serem reparados por profissionais especializados.

A criação do Centro de Documentação Etnológica, tem um papel de importância na construção do repositório documental indígena brasileiro. O trabalho desenvolvido por

Moreira Neto tem fortes contribuições para a preservação da memória indígena e documental no Brasil. Seu trabalho à frente da organização de informações etnológicas, possibilitou trabalhar em diferentes instituições como, por exemplo, o Museu Emilio Goeldi e o SPI, com base na sua experiência como antropólogo e como pesquisador, que identificou boas práticas para a manutenção da memória documental indígena, unindo os campos de pesquisa documental e trabalho de campo.

Para Mello (2017), a preocupação para o gerenciamento de informações indígenas está ligada ao reconhecimento de terras indígenas e ao caos documental do acúmulo de informação sobre os povos indígenas tutelados.

Enquanto o Brasil ainda caminhava a passos lentos para uma política de sistematização informacional para os povos indígenas, em 1964, no V Congresso Indigenista Interamericano, Quito, Equador, estavam delimitando o papel do Instituto Indigenista Interamericano em relação ao controle, compilação e difusão da informação produzida pelas sedes do Conselho Indigenista Missionário, onde elaboraram um plano de trabalho a longo prazo. Segundo Pinto (2009, p. 167), tal plano tinha as seguintes metas:

> a) Recompilação, difusão de material e informação fundamental sobre desenvolvimento das comunidades.
> b) Compilação e difusão dos enfoques que tenham tido êxito na solução dos problemas indígenas no campo do desenvolvimento da comunidade, mediante estudos.

Moreira Neto (1979) destacou a situação em que se encontrava a massa documental indígena no início do CDE, e apontou que existia um descaso por parte das instituições, prevendo que tais documentos poderiam ser salvaguardados a partir das contribuições apontadas por Mello (2017).

No Brasil, essa luta se inicia com a União das Nações Indígenas (UNI) e a Aliança dos Povos da Floresta, fundada em 1970, que possibilitou e estimulou uma produção literária engajada que se caracterizou por dar ênfase nas questões de gênero e literatura afro-brasileira, textos que são norteados muito mais pela busca de ética do que da estética.

> A ação do Estado brasileiro para com os indígenas teve início no ano de 1910, com a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN) e temos como marco o início da relação exclusivamente estatal no tratar da questão indígena. Até então, o que tínhamos era uma relação mediada pela Igreja Católica e sua ação catequética que apresentava em alguns momentos históricos

> uma relação dúbia, ora de proteção, ora de atentado aos direitos indígenas. Cabe afirmar que a relação entre a catequese ou a proteção estava na gênese do processo de tratamento para com os povos indígenas e os desdobramentos resultantes desta ação (Mello, 2017, p. 93).

Ou seja, nessa passagem Mello (2017), evidencia a forma como os povos indígenas eram submetidos, em primeira instância pela Igreja Católica e depois pelo Estado. Ademais, esse processo ainda se mantém até os dias atuais, ocasionando numa falsa integração à sociedade.

No livro do autor Alberto Acosta (2016), com o título "O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos", discorre uma proposta para pensar outras vivências, ou (convivências), trazendo consigo a cosmovisão de povos indígenas latinos que por meio do objeto livro, apresenta o direito da natureza e o bem viver dos povos ameríndios. Portanto, deste lado do continente se constituiu então, o paradigma do Bem-Viver.

O conceito de Bem Viver é utilizado neste estudo como referência contextual para compreender perspectivas que articulam comunidade, território, natureza e formas próprias de existência. Acosta (2016) apresenta o Bem Viver como uma alternativa às concepções de desenvolvimento centradas na exploração da natureza e na lógica individualista. Entretanto, neste artigo, o conceito não é utilizado como método de pesquisa nem como fundamento para atribuir automaticamente uma determinada perspectiva aos trabalhos analisados. Sua função é oferecer uma referência teórica para a discussão sobre formas de conhecimento que valorizam relações comunitárias, equilíbrio e diversidade.

Assim, a contribuição desta seção para a análise dos resultados está concentrada em três aspectos: participação indígena na produção do conhecimento; crítica às formas coloniais de representação; e valorização de formas plurais de organização e circulação dos saberes. Esses elementos orientam a interpretação das categorias de análise apresentadas na seção seguinte.

Ademais, o termo "Bem viver, *Buen vivir ou vivir*[1]", também pode ser compreendido pela perspectiva indígena, como por exemplo o destaque feito por Acosta (2016), "*sumak kawsay (kíchwa), suma qamaña (aymaea) ou nhandereko* (guarani), se apresentando como

[1] Segundo Tadeu Abreu (2016, p. 10 - 11), tradutor do Livro o "O Bem viver" justifica a tradução dos termos utilizados. "Bom Viver" é a tradução que mais respeita o termo utilizado pelo autor (*Buen Vivir*) e também o termo em *kíchwa (sumak kawsay*), língua da qual nasceu o conceito em sua versão equatoriana. De acordo com o *Shimiyukkamu* Dicionário *Kichwa-Español*, publicado pela Casa de Cultura de Ecuador em 2007, *sumak* se traduz como hermoso, bello, bonito, precioso, primoroso, excelente; *kawsay*, como vida. Ou seja, *buen* e *sumak* são originalmente adjetivos, assim como "bom" – seu melhor sinônimo em português, no caso. *Vivir* e *sumak*, por sua vez, são sujeitos.

uma oportunidade para construir coletivamente uma nova forma de vida. É entendido também como: "O Bem viver é, essencialmente, um processo proveniente da matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a natureza. Os indígenas não são pré-modernos nem atrasados" (Acosta, 2016, p. 24).

Esse processo reforça a importância do reconhecimento dos povos indígenas e seu própria jeito de coexistência, ainda que obrigado a conviver com outros povos, em sua maioria prezam pela boa convivência, equilíbrio com a natureza e em especial que a educação respeite seu próprio jeito de ver e viver o mundo, e quando falamos de bibliotecas, para alguns povos "a biblioteca é a terra".

3 METODOLOGIA

Este estudo consiste em uma pesquisa exploratória, de natureza bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa e apoio de procedimentos quantitativos descritivos. O corpus empírico é constituído por trabalhos publicados nos anais do ENANCIB entre 2015 e 2024.

A pesquisa é bibliográfica porque analisa a produção científica já publicada sobre a temática, e documental porque toma os registros dos anais como documentos de pesquisa. O caráter exploratório decorre do propósito de mapear um conjunto de publicações e identificar tendências, abordagens e lacunas relacionadas à informação e ao conhecimento indígena.

Para a coleta dos dados foram priorizados trabalhos apresentados no evento Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação no período de 2015 a 2024, como por exemplo: pôster, comunicação oral, resumo expandido, trabalho completo, por se tratar de uma pesquisa exploratória é interessante para nós observar o que se tem produzindo a respeito da temática indígena na Ciência da Informação, campo emergente.

A base de dados escolhida para identificar a presença de estudos emergentes sobre a temática indígena no campo da Ciência da Informação (C.I.), foram as publicações do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) recuperados pela base de dados Base de dados em Ciência da Informação (BRAPCI).

Realizou-se a pesquisa a partir das categorias de análise aqui entendidas como classes que reúnem um grupo de elementos, tais como: o título, assunto, se propõe algum tipo de intervenção, práticas de mediação da informação para povos indígenas.

Quanto ao recorte temporal (2015 – 2024), para saber o que tem sido produzido, optou-se pelos últimos cinco anos. Entretanto, por se tratar de um eixo emergente, o primeiro artigo recuperado preliminarmente em um estudo inicial foi o da autora Pinto (2008), intitulado “O profissional da informação como agente de (des)colonialidade do saber” no GT-6. Este é um dos trabalhos mais antigos ao consultarmos a trajetória profissional da pesquisadora, permitindo observar que ela é uma das pioneiras na temática indígena na Ciência da Informação, com contribuições de dissertação e tese sobre o tema.

Em decorrência deste fato, buscou-se marcos importantes mais atuais para o crescimento da temática como ponto de partida exploratório. Recuperou-se na literatura científica a criação, em 2022, do Grupo de Trabalho GT-12, intitulado "Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades". Segundo Alves (2021, p. 123), a ausência de um grupo de trabalho específico para as discussões das questões étnico-raciais faz com que, muitas vezes, os(as) pesquisadores(as) precisem encontrar espaços bastante disputados em GTs com outras temáticas, adequando o tema de pesquisa ao escopo desses grupos.

Ademais, para que a questão racial estruture as relações sociais e esteja presente em diferentes pesquisas, nos mais variados GTs, consideramos que a existência de um GT atinente à questão racial possa favorecer a construção epistemológica sobre essas temáticas.

Uma outra questão abordada por Alves (2021) é a vulnerabilidade financeira de grupos minoritários para fazer ciência no país ou participar do evento, devido aos altos custos, bem como o fato de terem submetido trabalhos e não terem sido aceitos. Vejamos o que ocorreu em ordem cronológica e evolutiva do campo.

Tentou-se evidenciar quais os assuntos mais recorrentes após a sua categorização, ou identificar as tendências por anos mais produtivos. Assim, chegamos ao total de documentos recuperados, porém, após a segunda triagem, selecionamos apenas 33 documentos que constituíram o corpus final da pesquisa.

Quadro 1 – Termos Utilizados e Total de Documentos Recuperados

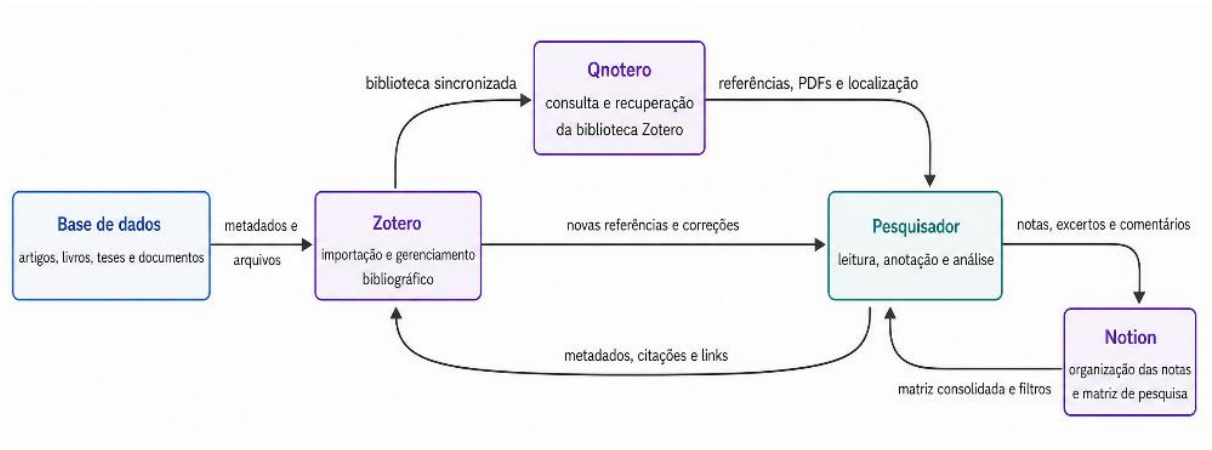
Termos	Recuperados	Selecionados	Filtro	Campos	Período
Povos indígenas	31	33	EVENTOS\ ENANCIB	TODOS	2015 - 2024
Informação indígena	31	26	EVENTOS\ ENANCIB	TODOS	2015 - 2024
Indígena	38	26	EVENTOS\	TODOS	2015 - 2024

			ENANCIB		
RESULTADO	100	85	X	X	X

Fonte: elaborado pelas autoras (2026).

Os três conjuntos de resultados totalizaram 100 registros recuperados. Em seguida, os registros disponíveis foram organizados para triagem e exportação. Foram efetivamente exportados 100 registros em formato BibTeX para o Zotero, gerenciador utilizado para organizar as referências e apoiar a etapa de seleção. Após a busca, foram exportados (85) documentos para tratamento através da extensão *Zotero,* conector integrado ao buscador e os itens exportados no formato *Bibtex* para o *Zotero*[2] – gerenciador de referências. Nesse processo contou-se também com o uso do *plugin Qnotero*[3] para exportar os dados para o *Notion*[4], onde foi possível realizar marcações no texto a fim de recuperar futuras menções, criar categorias, relacionar temáticas, anotações e outros recursos interessantes que otimizam no processo de pesquisa. A imagem abaixo retrata o fluxo metodológico com as tecnologias mencionadas.

Figura 1 – Fluxo Metodologico Notion\Zotero



Fonte: elaborado pelas autoras com apoio da IAG (2026).

Para tornar a seleção reprodutível, foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão e exclusão:

[2] O Zotero é um projeto da Digital Scholar, uma organização sem fins lucrativos dedicada ao desenvolvimento de software e serviços para pesquisadores e instituições de patrimônio cultural, e é desenvolvido por uma comunidade global. Disponível em: https://www-zotero-org.translate.goog/?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc
[3] Qnotero. Disponível em: https://github.com/dvanoni/notero?tab=readme-ov-file#install-and-configure-_notero-plugin.
[4] Notion. Disponivel em: https://www.notion.com/pt.

Quadro 2 - Critérios de Inclusão

Nº	Critério de inclusão	Descrição
1	Vinculação ao evento	Documento vinculado ao ENANCIB, confirmado por verificação manual (não apenas pelo filtro automático da BRAPCI)
2	Recorte temporal	Publicação dentro do período de 2015 a 2024
3	Termo de busca	Presença de ao menos um dos três termos: "indígena", "povos indígenas" ou "informação indígena"
4	Metadados completos	Título, resumo e palavras-chave disponíveis na íntegra

Fonte: elaborado pelas autoras (2026).

Um documento foi excluído da amostra quando apresentou qualquer uma das condições abaixo:

Quadro 3 - Critérios de Exclusão

Critério de exclusão	Descrição / Motivo
Duplicidade entre termos	Mesmo documento recuperado por mais de um dos três termos de busca
Duplicidade de sincronização	Mesmo item com *Zotero* URI repetido na sincronização *Zotero-Notion*
Vínculo a outro evento	Documento publicado em evento diferente do ENANCIB (ex.: Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria - EBBC), mesmo quando indexado incorretamente pela BRAPCI sob o mesmo rótulo
PDF indisponível	Metadado cadastrado na base, porém sem texto completo disponível para leitura
Sem palavras-chave	Registro com metadados incompletos, sem palavras-chave cadastradas
Apenas título cadastrado	Nenhuma informação complementar disponível na base (sem resumo, sem palavras-chave)
Menção tangencial	Tema indígena citado apenas de forma lateral, sem constituir o foco da pesquisa

Fonte: elaborado pelas autoras (2026).

Após essas etapas mencionadas acima restaram 32 trabalhos para leitura crítica e extração de dados e sistematização dos conteúdos abordados, e foram excluídos 53 por não cumprirem com as delimitações estipuladas. Dessa forma, foram separados em 6 categorias, são elas: a) Dados, governança e políticas públicas; b) Decolonidade e produção cientifica; c) Gestão e sistemas de conhecimentos indígenas; d) Mediação, bibliotecas e acesso a

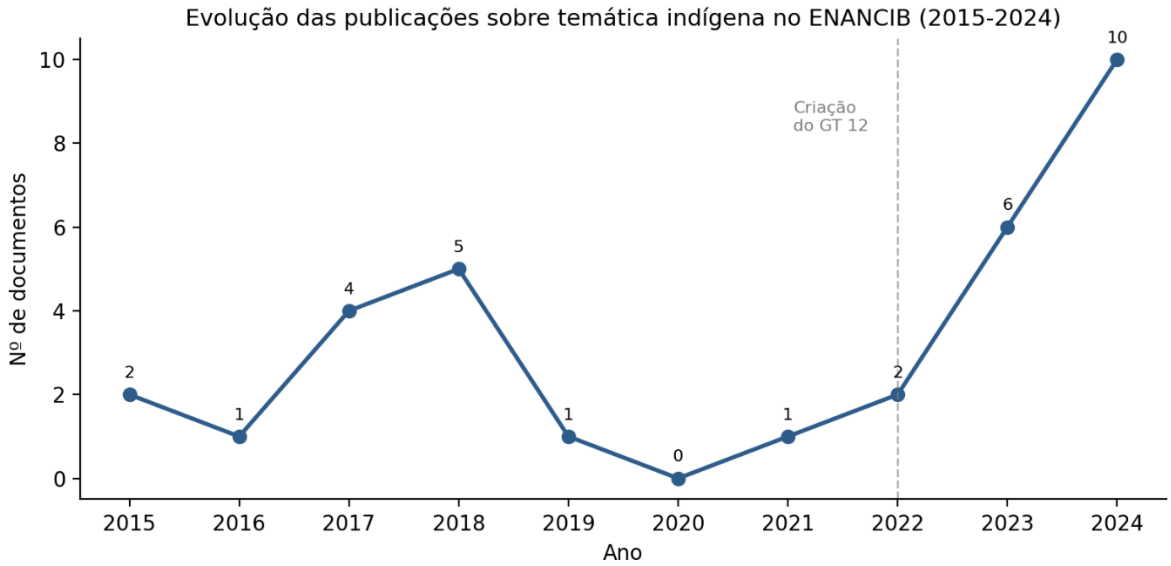
informação; e) Memória, patrimônio e representação cultural; f) Organização e representação de conhecimento.

O *Zotero* foi utilizado como instrumento de gerenciamento e triagem das referências, e não como método de análise. A seleção dos trabalhos foi realizada mediante leitura e aplicação dos critérios de inclusão e exclusão anteriormente descritos. O uso de ferramentas digitais teve, portanto, função operacional de organização, recuperação e sistematização dos registros, além de terem sido utilizadas IA generativas, como o *Google Gemini*, para as revisões linguísticas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da sistematização no *Notion* foi possível recuperar o quantitativo de trabalhos nos anais do ENANCIB no período compreendido (2015-2024), entretanto, vale ressaltar que no ano de 2020 o evento foi transferido para o ano seguinte o que pode explicar os índices baixos nesse intervalo. Vejamos abaixo no Gráfico 1 – Evolução das publicações sobre a temática indígena no ENANCIB.

Gráfico 1 - Evolução Quantitativa de Publicações (2015-2024)

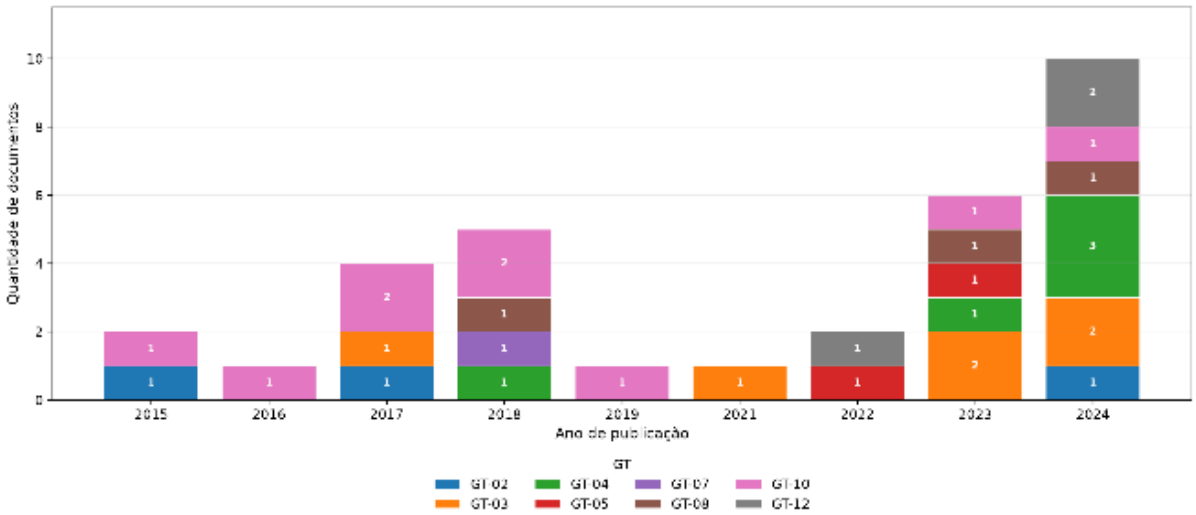


Fonte: elaborado pelas autoras com apoio de IAG (2026).

Podemos dizer que houve uma evolução gradual das publicações que tratam da temática indígena no evento ENANCIB a partir de 2023 com o maior pico, um ano após a criação do GT-12, saltando de 6 trabalhos para 10 trabalhos.

Quanto a divisão por GT´s entende-se que há uma absorção considerável, pelo próprio caráter multidisciplinar da Ciência da informação, e também a complementação entre diferentes assuntos, o que abre possibilidades e portas para novos estudos na área em tela. Vejamos abaixo a produção anual por GT:

Gráfico 2 - Produção Anual por Grupo de Trabalho (2015-2024)



Fonte: elaborado pelas autoras com apoio da IAG (2026).

Por meio do gráfico 2, observa-se o crescimento e a produção respectiva por cada grupo de trabalho, a diversidade no ano de 2024 reunindo 10 trabalhos em diferentes GTs.

Assim, observa-se o interesse em outros assuntos, segundo o nosso levantamento apenas uma aproximação de novas teorias para realização de estudos mais focados em romper de certo modo com o tradicional hegemônico, bem como acompanhar tendências de outros campos. Com o surgimento do GT-12, essas tendências poderão ser melhor incorporadas e mais fáceis de serem recuperadas.

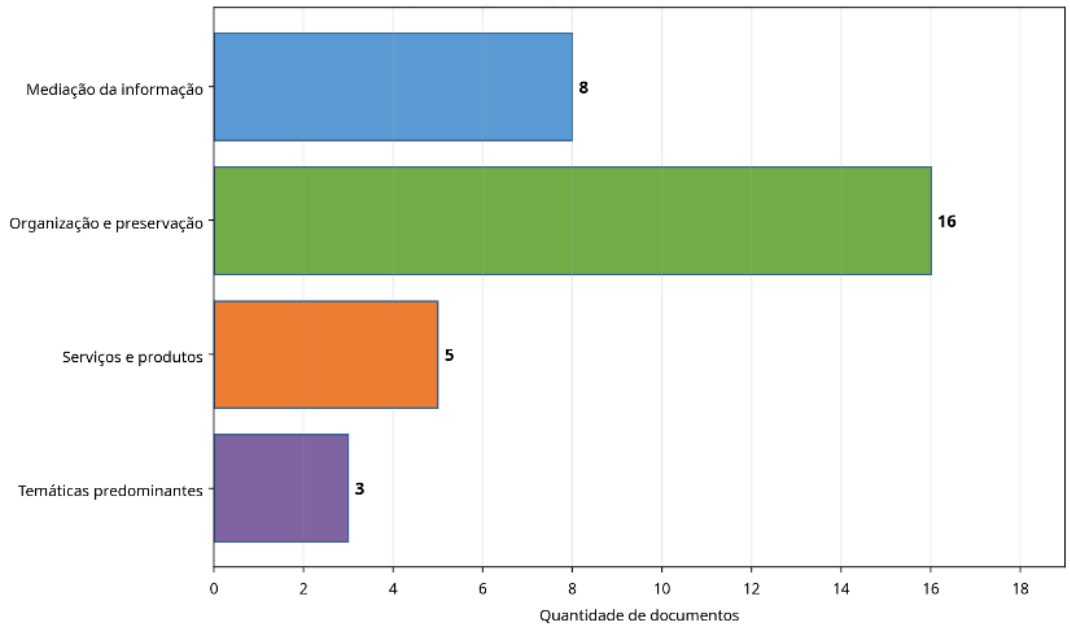
Os resultados mostram ainda que a temática indígena aparece articulada a diferentes objetos da Ciência da Informação. A memória se destaca como uma das principais portas de entrada para a discussão, indicando preocupação com preservação, registro e transmissão de conhecimentos. A gestão e a mediação também aparecem de maneira significativa, sugerindo que a literatura analisada não se limita à documentação histórica, mas aborda processos de organização e circulação da informação.

A presença de biblioteca, museu, acervo e sistemas de informação evidencia a existência de espaços e estruturas institucionais associados à organização e disponibilização

de informações relacionadas aos povos indígenas. Entretanto, a frequência identificada não permite afirmar que existam modelos consolidados de “sistemas indígenas de organização do conhecimento”. O que os dados permitem afirmar é a ocorrência de experiências e unidades informacionais relacionadas à temática indígena.

Quanto ao objetivo de identificar produções que tratam do desenvolvimento de serviços e produtos informacionais, vejamos o Gráfico 3.

Gráfico 3 - Produtos e Serviços Informacionais



Fonte: elaborado pelas autoras com apoio da IAG (2026).

Os resultados podem ser sintetizados em quatro aspectos. Primeiro, a produção sobre informação e conhecimento indígena está distribuída em diferentes grupos e objetos da Ciência da Informação, não se restringindo a um único eixo temático. Segundo, memória, gestão e mediação constituem os temas de maior recorrência entre os trabalhos analisados. Terceiro, bibliotecas, museus, acervos e sistemas de informação aparecem como espaços de organização e preservação de informações relacionadas aos povos indígenas. Quarto, permanecem lacunas quanto à identificação explícita da autoria indígena, ao protagonismo dos povos na organização do conhecimento e à descrição de produtos e serviços informacionais desenvolvidos com participação indígena.

Esses achados permitem uma interpretação mais prudente da produção analisada. Em vez de afirmar que a área já dispõe de modelos consolidados de mediação ou organização do

conhecimento indígena, os dados sugerem a existência de um campo de investigação em desenvolvimento, com diferentes aproximações e ainda com lacunas quanto ao protagonismo indígena.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados da pesquisa respondem parcialmente à questão sobre a contribuição do profissional da informação. A produção recuperada demonstra que a mediação é considerada uma dimensão relevante em parte dos estudos; contudo, o corpus não permite concluir que exista um modelo único ou consolidado de mediação da informação indígena.

De fato, observa-se com base nos 32 trabalhos, que existe uma parcela de trabalhos ressaltando a importância de práticas mediadoras que retratam a responsabilidade crítica do profissional da informação, reafirmando o que Castro e Almeida Junior (2022) ressaltam, como uma forma de ação crítica, coletiva e emancipatória.

A análise também recomenda distinguir mediação sobre povos indígenas de mediação com povos indígenas. A primeira pode ocorrer quando instituições organizam e disseminam informações sobre esses povos; a segunda pressupõe maior participação dos sujeitos e comunidades na definição das formas de organização, representação e circulação de seus conhecimentos. Essa distinção é coerente com a crítica de Smith (2018) às práticas de pesquisa que mantêm os povos indígenas em posição exclusivamente de objeto.

Em relação ao objetivo de identificar produtos e serviços, o resultado é mais restrito: foram encontradas experiências institucionais de organização, preservação e disponibilização de informação relacionada aos povos indígenas, mas a existência de produtos e serviços concebidos, desenvolvidos e geridos pelos próprios povos indígenas não pôde ser demonstrada de forma abrangente com os dados disponíveis.

Por fim, a categorização dos dados em seis eixos temáticos permitiu identificar tanto o eixo mais consolidado do campo (Memória), desde 2015, com as contribuições de Bezerra (2015) e Mello (2017), quanto os eixos emergentes (Gestão e Dados), concentrados a partir de 2023.

Mello (2017) já apontava que o descaso institucional explica, em parte, a menor incidência histórica de pesquisas sobre a temática indígena na área. Os dados aqui apresentados sugerem que esse cenário está em transformação, deslocando os povos

indígenas da posição de subalterna para a de sujeitos de uma investigação e autonomia própria.

O conceito de Bem Viver, utilizado como referência teórica, contribui para a discussão ao favorecer uma compreensão dos conhecimentos indígenas que considere relações comunitárias, território, natureza e pluralidade epistemológica. Contudo, os resultados não permitem afirmar que os trabalhos analisados adotem o Bem Viver como paradigma metodológico. Sua contribuição, portanto, deve ser compreendida como elemento interpretativo e de diálogo teórico.

Conclui-se que a produção científica analisada evidencia a pertinência da temática indígena para a Ciência da Informação, especialmente nos estudos de memória, mediação, gestão, organização e representação da informação. Entretanto, o corpus ainda é reduzido e heterogêneo, e apresenta lacunas quanto à explicitação do protagonismo indígena na produção e organização do conhecimento. Assim, mais do que indicar um campo consolidado, os resultados apontam para um espaço de pesquisa em expansão, no qual a Ciência da Informação pode avançar mediante práticas de mediação e organização construídas de forma participativa, intercultural e eticamente comprometida com os povos indígenas

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, 2016. 264 p. Disponível em: https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Bemviver.pdf. Acesso em: 25 Out. 2026

ALVES, Felipe Arthur Cordeiro. **A mediação da informação como epicentro do protagonismo social negro**: do epistemicídio à [des]colonialidade nos anais do ENANCIB. 2021. 170 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br. Acesso em: 3 ago. 2025.

CASTRO, Jetur Lima; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação, teoria crítica e conflitualidade: a dimensão intersubjetiva do reconhecimento como ação coletiva emancipatória. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 18, n. esp., p. 1-25, 2022. Edição especial do IV Encontro de Pesquisa em Informação e Mediação (EPIM). Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/download/1803/1361/6691 . Acesso em: 25 Out. 2026

LIMA DE DUTRA, Ronaldo Gomes. Buscar as fronteiras da área. *In*: Ana Lúcia F. de S. Vasconcelos org. **Metodologia científica**: práticas para mestrados profissionais. São Paulo: Editora Mackenzie, 2021. cap. 4, p. 47-62.

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de. Alguns apontamentos sobre epistemografia, informação e indigenismo. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 93-107, jul./dez. 2017.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Centro de Documentação Etnológica da FUNAI. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 12-15, maio/ago. 1979.

PINTO, Alejandra Aguilar. A visibilidade indígena no sistema internacional de direitos humanos, avanços e desafios. *In*: CONGRESSO DE ENSINO PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA, 2., CONEPEC, Goiás, 2009. **Anais [...]**. Goias: UFG, 2009.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando Metodologias**: pesquisa e povos indígenas. Curitiba: ed. UFPR, 2018. 239 p.